

# Desvantagem do liberalismo

Voltamos a velho tema, pela boa razão de que não se alterou a situação do País, sendo necessário por isso mesmo fixar os fatos com precisão para que a opinião pública possa saber para onde caminha o Brasil.

Duas forças disputam a direção do processo político em Brasília: uma, liberal, disposta a colocar a ordem jurídica acima da ideologia, e pronta a impedir que direta ou indiretamente estabeleça no Brasil, sem máscaras, o capitalismo de Estado burocrático, primeiro passo para o socialismo de Estado. Outra, antiliberal e adversária da economia de mercado, inimiga da propriedade privada, tendo pelo lucro profunda aversão. A primeira está na defensiva, tantos são aqueles que, das tribunas da Câmara e do Senado, sob os pretextos mais diversos, condenam em discursos e projetos de lei o sistema da livre empresa, e também os que, nos gabinetes ministeriais, nos segundo e terceiro escalões, preparam despachos e pareceres, alteram decisões, impõem comportamentos empresariais que só favorecem a marcha para o capitalismo de Estado.

Só um cego não vê o processo que está em marcha — e nesse trem irá até o final, apesar das juras de amor que o chefe de governo e todo o seu Ministério entoam em favor da livre iniciativa. O governo Sarney, nesse particular, segue o caminho que os governos autoritários aprenderam a trilhar lendo a "Lei de Parkinson": quanto mais se falou na Federação, menos ela teve condições de subsistir; quanto mais se defendeu a empresa privada (retoricamente), mais estatais se criaram.

O Plano Tropical, hoje, não desperta o entusiasmo inicial; nem mesmo provoca as críticas acerbas que muitos lhe dirigiram desde o início. No entanto, ele marcou ponto de inflexão na caminhada em direção ao capitalismo de Estado e ao restabelecimento do autoritarismo, na medida em que os Decretos-Leis nºs 2.283 e 2.284 violentaram a Constituição, renegaram os direitos adquiridos, destruíram os contratos passados na boa e devida forma... e colocaram a economia sob estritos controles burocráticos. O entusiasmo popular que cercou o fim da correção monetária, da "ciranda financeira" e da inflação medida por dia impediu que se vissem os males maiores que ele trazia consigo, destruindo o que restava da ordem jurídica. Agora, prisioneiros dos princípios antiliberais que permitiram fossem inscritos no DL 2.284, os defensores do liberalismo nada podem fazer, e os adversários dele preparam-se para aumentar seus controles sobre a empresa, a capacidade de

investir e o visual da mercadoria que o produtor oferece ao consumidor. O CIP, renovado, cuida de exercitar suas novas funções — e nisso todos consentem, alegremente em alguns casos.

No caso da reforma agrária, dir-se-ia que os liberais conseguiram uma vitória — preferimos dizer, desde o início, vitória apenas parcial. Na verdade, o avanço do capitalismo de Estado burocrático não se coaduna com a baderna que setores da CNBB promovem no campo, direta ou indiretamente, oficial ou oficiosamente — afinal, a ambigüidade da moral eclesiástica enunciada por d. Ivo Lorscheiter ajusta-se a qualquer circunstância. É por isso que, em vez de acreditar que os liberais conseguiram deter o avanço reformista, achamos mais correto dizer que os adversários da empresa rural deram um passo atrás, depois de haver dado dois para a frente desde a posse do governo Sarney.

A reforma bancária será o próximo passo no caminho da estatização da economia. Poder-se-ia até dizer que não se fala mais nela ultimamente — fato este que não deixa de ser estranho, uma vez que os personagens que dirigem o planejamento econômico são os mesmos e não mudaram de idéia. Por que haveriam de mudar, aliás, se não encontram resistências sérias organizadas? Esperam, apenas, pelo momento mais oportuno para a conquista de maior popularidade, e estão dispostos a aumentar seus índices, seja pela reforma do sistema financeiro, seja pela reforma urbana. Esta, como já assinalamos em comentário recente, será de conseqüências mais danosas para a livre iniciativa do que a reforma agrária; com uma vantagem política para o governo Sarney, que é a de que a lei é aquela que os tecnoburocratas do segundo escalão inspiraram ao ministro Mário Andreazza...

A prova de que os liberais não conseguem aumentar seu espaço em Brasília é que não se fala mais em privatizar coisa alguma, nem em desconcentrar a administração, nem em *des-regular* a vida social, toda ela submetida aos ditames do burocrata de plantão no terceiro escalão. Pelo contrário, em vez de privatizar, o que seria normal para um governo que tem problemas de caixa, prefere-se, agora, falar na constituição de uma *holding* financeira e de compras das empresas estatais, com o que se pretende dar uma demão de cal sobre os túmulos da eficiência empresarial do Estado. Privatizar, nunca — pois, transferidas as empresas para a iniciativa privada, onde a oligarquia poderia buscar seus novos rebentos e de onde iria retirar os recur-

sos para sustentar-se no aparelho de Estado?

A tática de dois passos para a frente e um para trás coaduna-se perfeitamente bem com a estratégia dos cortadores de salame: os defensores do capitalismo de Estado burocrático vão cortando fatias e mais fatias do terreno da livre iniciativa, até ser pilhados em flagrante. Então, candidamente, devolvem uma delas, aguardam um pouco até se apaziguarem os ânimos da opinião pública e recomeçam seu trabalho.

Não nos façamos ilusões. A lógica que conduziu à edição do Plano Tropical, já afirmamos várias vezes, é política e não econômica: manter o governo no poder e dar ao presidente Sarney a cômoda maioria na Assembléia Nacional Constituinte, que lhe permita esclarecer seu projeto político pessoal. Por isso, o plano não pode falhar; por isso, o CIP vai fiscalizar os "produtos novos"; por isso, a Sunab coloca no computador milhares de notas fiscais para ver onde o navio do congelamento começa a fazer água. Igualmente por isso, a inflação não pode ser medida com índices reais.

Como não controla tudo e como seus "fiscais" ainda não têm uniforme, o governo não pode impedir que os trabalhadores, inspirados na opção do presidente pelos pobres e em sua preocupação com o social, comecem a mexer-se, antes da grande estação dos dissídios. Com isso, isoladamente, aqui e ali, empresas se vêem forçadas a dar aumentos de salários não previstos, que elevam custos que não podem ser repassados aos preços congelados. Resta saber até quando a indústria poderá produzir vendo reduzida sua margem de lucro. Aliás, é isso que os defensores do capitalismo de Estado desejam: preços congelados, margem de lucro reduzida, ineficiência acrescida, estatização necessária para atender mal e mal à população.

Os autores do Plano Tropical não primam pelo amor à livre iniciativa. Na área econômica, apenas o sr. Dílson Funaro pode dizer-se empresário — e s. exa. está cercado pelos rapazes de Campinas e do Rio de Janeiro, entusiasmados com o poder e a possibilidade de manipulá-lo: podem até paralisar a produção agropecuária e afetar a industrial. Inebriados pelo poder e desejando perpetuá-lo, não recuarão um passo, preferindo levar de roldão a empresa privada.

Dois passos para a frente e um para trás foi uma grande tática para quem a enunciou e aplicou; combinada com a estratégia do salame, garante êxito certo aos adversários do liberalismo e, por via de conseqüência, da democracia.